



UNIDADE ANGOLANA

órgão de combate do M.P.L.A.

NAO É A OSTENTAÇÃO DA FORÇA - COMO FAZ TAMBEM O DITADOR SALAZAR - MAS A RESPOSTA E A SOLUÇÃO QUE UM PARTIDO DER AOS PROBLEMAS DA ESTRUTURA DO ESTADO, QUE LHE GRANGEARAO A CONFIANÇA DO POVO E DOS OUTROS PARTIDOS. É POR ISSO QUE SE IMPOE QUE TODOS OS PARTIDOS ANGOLANOS TENHAM UM PROGRAMA, RESPONDAM PUBLICAMENTE AOS PROBLEMAS NACIONAIS, SE APROXIMEM DOS OUTROS PARTIDOS, PRATIQUEM E DESENVOLVAM O DIALOGO E UM ESTILO DE TRABALHO CONSTRUTIVO, RESPONSAVEL, UNITARIO E NACIONAL.

Editorial

Os objectivos da Revolução Angolana

Ninguem inteligente e com espirito objectivo deixará de concordar em que o combate actual do povo angolano contra o colonialismo português é determinado pelo facto deste regime se ter oposto sempre à liberdade, à dignidade, ao bem estar e ao trabalho pacifico e justamente remunerado a que aspira todo o ser humano e que o homem angolano reivindica, em vão, desde ha muito tempo.

Por conseguinte, apesar da luta do povo angolano compartar um aspecto destrutivo (a necessidade de destruir as estruturas coloniais, de Angola) não ha duvidas de que a razão inicial e o objectivo dessa luta exigem desta, principalmente, um enorme trabalho construtivo que satisfaça plena e honestamente as legitimas aspirações do povo.

Para a acção de destruir as estruturas coloniais de Angola, o MPLA já manifestou o bom senso de não se arrogar a capacidade e a possibilidade de fazê-lo sozinho. Nós declaramos expressamente nos nossos estatutos (artigo 4) : « Lutar JUNTAMENTE COM OUTRAS ORGANISACOES PATRIOTICAS ANGOLANAS, na mais larga união popular, pela liquidação, em Angola, do dominio colonial português, e de todas as relações, colonialistas, e imperialistas, e pela conquista da independência imediata e completa de Angola.

« Defender e realizar as reivindicações das camadas sociais angolanas mais oprimidas e mais exploradas pelo regime colonial, nomeadamente as reivindicações das massas camponesas e trabalhadoras, que constituem a quase totalidade da população de Angola. »

« Aliás, só quem não tem em conta a formação histórica, a realidade geográfica, os problemas sociais e étnicos de Angola e a história do desenvolvimento do nacionalismo angolano é que pode defender a ilusão de que a transformação de Angola num país livre, independente e unido possa vir a ser obra dum só partido. Por esta velocidade, somente Angola e o seu povo pagariam caro.

É evidente, por conseguinte, que só uma politica de Frente poderá garantir o sucesso da destruição das estruturas coloniais e o êxito da construção de uma NOVA Angola. NOVA, no sentido de ultrapassar conhecidas formas de opressão e de exploração, e não no sentido de substituir agentes opressivos e exploradores.

É inegavel que o dominio colonial português se traduz por uma opressão permanente do nosso povo.

A guerra colonial que vitima Angola não é mais do que uma forma dessa opressão permanente. O povo angolano recorreu às armas por legitima defesa.

Fieis ao povo, militantes do nosso movimento participam, desde a primeira hora, da guerra popular. É dever do M.P.L.A. continuar a mobilisar todas as suas energias e todos os seus recursos em favor do aumento da força armada do povo.

Mas no interesse da vitória, ao melhor preço, do nacionalismo angolano, devemos apreciar com justeza o papel da luta armada.

Pois certos politicos angolanos só se preocupam com as tarefas imediatas da revolução e só veem um

(continuação na p. 4)

DR. AGOSTINHO NETO

Lider de Angola

Embora presidente honorario do MPLA, o Dr. Agostinho NETO, pelo mérito da sua obra, do seu caracter e do seu exemplar comportamento de nacionalista combativo e lucido, deve ser colocado acima de todos os partidos para ser apenas o que é : lider incontes-



Dr. AGOSTINHO NETO

« Aquele por quem se espera »

tavel do povo angolano e simbolo da heroica resistencia deste povo ás forças da opressão e da humilhação.

O Dr. NETO nunca desceu ás pequenas disputas de liderança, nem foi promovido a lider pela propaganda suspeita e estrangeira. O seu nome impôs-se à consideração dos angolanos, dos meios estudantis africanos em Portugal e de círculos intelectuais do mundo, pelo seu permanente e corajoso combate em favor da liberdade, da dignidade humana e da democracia, por cerca de quatro anos passados nas prisões e no desterro, e pelo valor e projecção internacional da sua obra poética.

Em 1957, um apelo colectivo de Sartre, Mauriac, Nicolas Guillén e outras notáveis figuras da literatura mundial ajudou a arrancar o Dr. NETO da prisão, onde durante dois anos a PIDE tentou abafar a sua voz e paralisar a sua acção.

Em principios deste ano, o jor-

nal OBSERVER noticiou que o comité inglês AMNESTY escolheu o Dr. NETO como um dos seis grandes prisioneiros esquecidos do mundo, em favor dos quais o comité desenvolveria uma campanha para a sua libertação.

Em 17 Outubro de 1961, o delegado iraquiano ALWAN, defen- deu, no Conselho de Tutela da ONU, a libertação do « patriota e poeta Dr. NETO ».

Transcrevemos abaixo uma carta publicada no TIMES de 2 de Outubro de 1961 e assinada pelos escritores ingleses Basil Davidson, C. Day Lewis, Doris Lessing, Iris Murdoch, John Osborne, Kenneth Tynan, John Wain e Angus Wil- son.

Constitui um sinal do papel positivo que o Dr. NETO pode desempenhar na conjuntura angola- (continuação na p. 2)

Porquê uma frente de libertação de Angola ?

Em Maio de 1960, o MPLA publicou um apelo à união de todos os partidos angolanos ; em Dezembro de 1960, publicamos um segundo apelo, e um membro do nosso Comité Director foi incumbido da missão de sondar junto dos partidos angolanos as suas disposições para a formação de uma Frente ; em Abril de 1961, dois membros do nosso Comité Director -devidamente credenciados e munidos de PROJECTOS de Estatutos, Programa e Acordo para a formação da procurada Frente - foram enviados a Leopoldville para discutir, negociar e constituir a Frente com as organizações politicas angolanas com sede nesta cidade. Em Outubro deste ano, o Comité Director do MPLA fez novas « démarches » em Leopoldville, junto das principais organizações angolanas, para a constituição da Frente.

É incontestavel que, dentre todas as organizações angolanas, politicas ou de outra natureza, o MPLA é a que tem manifestado iniciativa e mais interesse, pratico e sincero para a formação de

uma Frente de Libertação de Angola. Aliás, a politica pro-Frente está na raiz da existência do MPLA.

Não é o MPLA que declara nos seus Estatutos :

« Art. 4º - O MPLA tem como objectivo :
Lutar juntamente com outras organizações patrióticas angolanas, na mais larga união popular, pela liquidação, em Angola, do dominio colonial português e de todas as relações colonialistas e imperialistas, e pela conquista da independência imediata e completa de Angola ;

Não é o MPLA que declara no seu Programa :

« O M.P.A. luta por :
(a) Criação urgente de uma solida Frente angolana de libertação que agrupe numa larga união, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as nacionalidades ou etnias de Angola, todas as classes sociais africanas, todos os angolanos residentes no estrangeiro, sem distincção de tendências politicas, de condições de fortuna, de sexo, de idade ?

Muitos angolanos conhecedores das « démarches » já feitas pelo MPLA, conhecedores da recusa do desinteresse e das manobras anti-Frente desta ou daquela organização angolana, e conhecedores ainda da disposição do MPLA em continuar a desenvolver actividades pro-Frente, muitos angolanos, têm-nos perguntado : Porquê insistir na constituição de uma Frente de Libertação de Angola ?

Olhemos a realidade de frente e sejamos objectivos !
(continuação na p. 2)

A POLITICA EXTERIOR DO M. P. L. A.

As lutas de libertação nacional não podem desenvolver-se válidamente em compartimentos estanques.

Para que as lutas se desenvolvessem, atinjam a opinião pública internacional e animem o moral dos combatentes, torna-se preciso que existam aliados exteriores.

Todos os movimentos nacionalistas em Africa e na Asia beneficiaram, no decorrer da luta para a conquista da independência, do apoio actuante duma larga facção democrática do mundo e desse sector da opposição anticolonialista dos países opressores. Os partidos da Costa do Ouro de ontem ou o FLN da Argelia de hoje constituem dois exemplos vivos deste asserto.

Os colonialistas portugueses procuraram durante largo tempo isolar do mundo as nossas populações e encerrar-nos numa zona de silêncio. Recordam-se os argumentos da sua propaganda oficial segundo a qual nada devia acontecer no nosso país e nenhum sentimento nacionalista nele deveria manifestar-se.

Assim, a tática utilizada por um país colonialista como Portugal constitui em nos sequestrar por todos os meios.

Mau grado as dificuldades imensas que se erguiam diante de (continuação na p. 3)

A LUTA ARMADA

O EXITO DEPENDE DA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DO REABASTECIMENTO E DA COOPERAÇÃO ENTRE AS FORÇAS DO DISTRITO DO CONGO E AS DOS OUTROS DISTRITOS

Alguns sectores da imprensa internacional permitiram-se desenvolver o ponto de vista de que um só movimento politico nacionalista participa na insurreição armada de Angola. Essa forma de apreciação dos acontecimentos tem, em certa medida, contribuído para o reforçamento de alguns aspectos negativos da nossa luta. Analisemos com objectividade a situação :

É já do conhecimento publico que em 4 de Fevereiro do ano corrente militantes do nosso movimento, enquadrando um determi-

nado numero de nacionalistas, dirigiram os ataques às prisões civis de Luanda, com o objectivo de libertar os dirigentes nacionalistas detidos pela policia de Salazar.

A maior parte dos quadros que puderam escapar aos massacres das forças repressivas portuguesas, conseguiram infiltrar-se em outras regiões de Angola (distritos de Luanda, Cuanza-Norte, Malange) e, aí organizar os trabalhadores das plantações de café e de algodão para actividades de carácter revolucionário.

Em 15 de Março de 1961, os nacionalistas do norte de Angola, nomeadamente do distrito do Congo, sentindo realizadas as condições optimas para o começo da luta armada resolveram passar à acção directa. Os militantes do nosso movimento que se encontravam nos distritos de Luanda, Cuanza-Norte e Malanje no trabalho quotidiano de propaganda e agitação, imediatamente lançaram palavras de ordem onde incitavam as massas populares a apoiar, recorrendo às armas, a atitude dos angolanos do distrito (continuação na p.2)

Episodios da Luta de libertação (1)

A Revolta de Fevereiro

(Diario de um sobrevivente)

É do dominio publico que o tratamento dispensado aos prisioneiros politicos angolanos pela policia de Salazar não era de molde a tranquilizar o espirito dos seus companheiros de luta e, tão pouco, o dos seus familiares. Cogitou-se, por isso, logo desde o inicio, na realização dum plano para a sua libertação. Há, no entanto, em politica acontecimentos que se precipitam. Não foi a noticia rapidamente espalhada de que a PIDE preparava a transferencia dos presos para local indeterminado (porque ? com que fim ?) e o plano talvez não tivesse sido executado na data em que o foi. Mas aconteceu assim. Como os militantes do MPLA e os nacionalistas que os apoiaram se houveram nessa heroica tarefa é já do conhecimento do mundo através dos relatos de diversos jornalistas internacionais. Faltava, porém, sobre os acontecimentos, o depoimento vivo, palpitante, dum angolano que seguisse de perto os acontecimentos, com todo o fervor na-

cionalista, e é justamente esse depoimento que veio parar, há tempo, às mãos dum nosso militante, e que por uma curiosa coincidência (continuação na p. 2)



GUERRA DE EXTERMINIO
O chão de Mucaba juncado de angolanos massacrados

A LUTA ARMADA

(Conclusão)

do Congo. Em poucos dias a insurreição angolana alastrou-se pelos distritos do Congo, Luanda, Cuanza-Norte e Malanje. Bastaram dois meses de combate para que a resistência portuguesa fosse totalmente aniquilada e as populações libertas da soberania portuguesa.

Estes acontecimentos repercutiram como uma « bomba » nos meios políticos, financeiros e militares de Portugal !

O ministro da defesa portuguesa tenta um golpe de estado que culmina com a sua demissão. Salazar remodela o elenco ministerial com o afastamento dos homens brandos do regime, o que lhe permite endurecer a política colonial e interna. Os financeiros portugueses transferem grande parte dos seus capitais para a Europa. Os responsáveis do exército anunciam uma ofensiva militar para o fim das estações das chuvas, ameaçando de exterminação a toda a população angolana revoltada. Os governadores gerais de Moçambique e de Angola são substituídos.

Entretanto aproximava-se o fim da estação das chuvas. A ofensiva militar portuguesa parecia iminente com o envio, num ritmo crescente, de contingentes para Angola. Em menos de um mês os contingentes militares portugueses ultrapassavam já trinta mil homens ! Os esforços da oposição portuguesa para impedir o envio de tropas para Angola eram facilmente anulados pela intervenção da polícia de Salazar. Tornava-se cada vez mais sombria a sorte das populações africanas nas zonas de combate. O exército português tinha dado sobejas provas de selvageria e de menosprezo pelas convenções internacionais ao liquidar mais de cinquenta mil civis incendiários e destruir para cima de sessenta povoações e regar a bombas de napalm regiões inteiras, aniquilando sem piedade populações indefesas, mulheres e crianças em menos de quatro meses de luta.

A gravidade da situação impunha que se tomassem medidas urgentes. Assim o Departamento de Defesa do nosso movimento estabeleceu relizor no imediato :

Estruturação do problema dos comandos.

Estruturação das forças de combate.

Solução do problema dos comandos.

Divisão do teatro de luta em zonas operacionais solidárias.

Preparação interna de quadros militares.

Solução dos problemas relacionados com o reabastecimento.

Política do povo e sua utilização em larga escala como elementos auxiliares dos quadros militares.

Cooperação entre as forças de combate.

Unidade de todas as forças combatentes através da formação da FRENTE de todas as forças e movimentos políticos nacionalistas angolanos.

O plano de trabalho preconizado pelo departamento de defesa foi em grande parte solucionado : dividiu-se o teatro da luta em zonas militares. Passaram a actuar em cada zona várias colunas constituídas por cerca de cem homens, em globando pelotões 10 a 11 homens. Organizaram-se cinco colunas no distrito do Cuanza Norte, três no distrito de Luanda, e respectivamente duas e quatro nos distritos de Congo e Malanje.

A cooperação entre as colunas nas regiões dirigidas pelo nosso movimento foi também de forma geral solucionada. Várias vezes o comandante Ferraz Bomboco correu em auxílio de Benedito e vice-versa. Maneco Paca sustera com a sua coluna as patrulhas portuguesas que tentavam atravessar a ponte sobre o rio Dange para atingir Nambuanguo enquanto Alberto João e Fernando Maiaco liquidam as tropas portuguesas que pelo sul marchavam sobre a mesma localidade.

Quando em Setembro a ofensiva tenta envolver as nossas for-

ças, os comandantes das colunas conseguem, em boa ordem, retirar das posições em que se encontravam, levando consigo as populações civis e estabelecer bases de resistência em lugares praticamente inacessíveis ao inimigo.

Pode-se dizer que a luta armada em Angola vai entrar numa nova fase. O êxito depende da solução de alguns problemas, entre eles os do reabastecimento e cooperação entre as forças que actuam no distrito do Congo e as que actuam nos outros distritos.

O nosso Movimento é de opinião e defende que a realização da FRENTE ANGOLANA DE LIBERTAÇÃO constituída por todas as forças e movimentos nacionalistas angolanos poderá solucionar os problemas que de momento constituem um sério obstáculo à continuidade da luta armada nas melhores condições.

Cremos que a FRENTE acabará por ser realizada, mau grado a oposição de alguns dirigentes da UNIAO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA. Esses dirigentes estão convencidos, que o que conta é o que a imprensa espalha. Pensam eles que a justa solução dos problemas do povo nem sempre é suficiente para a realização de certos planos ambiciosos. Vale muito mais a manutenção em certos sectores da imprensa internacional de uma falsa opinião e o resto vira mesmo com o concurso de mãos ávidas. Não cremos que o nosso povo se va deixar iludir. Cremos, sim, que os bons militantes da UPA, os verdadeiros nacionalistas, acabarão por impor a esses dirigentes o bom senso e a medida das proporções.

AGOSTINHO NETO

(Conclusão)

na o facto de a sua libertação ser defendida num plano sério e por personalidades cujo pensamento e cuja acção se revestiram sempre de grande senso de responsabilidade e de sincera inquietação perante os destinos dos povos e do mundo.

Pondo de parte todas as paixões que complicam tragicamente o problema angolano e sendo certo que transformações progressivas terão de ser operadas em Angola, o Dr. NETO é, sem duvida, a personalidade africana de Angola que poderá dar a melhor contribuição — num clima de justiça, de unidade e de ordem, ao processo transformativo que a história amadureceu em Angola.

Segue-se a carta dos intelectuais ingleses :

Dr. Agostinho NETO
« As notícias sobre Angola desencorajam qualquer fé numa rápida e razoável estabilidade nesse país. No entanto, parece verosímil que, depois dos acontecimentos deste ano, a situação que existia anteriormente nunca poderá ser restaurada, e que o governo do Dr. Salazar, tal como o de outras administrações imperiais, terá de aceitar a participação africana na solução dos problemas africanos. Tentativas deliberadas para eliminar africanos instruídos, conforme relatos de várias fontes, incluindo algumas das sociedades missionárias em Angola, parecem especialmente curtas de vista, bem como deploráveis nas suas razões humanas.

Qualquer que seja a verdade geral desses relatos alarmantes, queremos chamar a vossa atenção urgente, assim como a dos vossos leitores, para a situação de um dos mais eminentes homens de Angola, o escritor Agostinho Neto, cuja vida e as razões para temer — deve estar agora a correr sério perigo. Não é exagerado dizer-se que a importância de Agostinho NETO na Africa de expressão portuguesa é comparável à de Léopold Senghor na Africa de expressão francesa. Cremos que têm de ser feitos todos os esforços para salvar este distinto poeta do despertar nacionalista da Africa portuguesa.

Porquê uma Frente ?

(Conclusão)

Tenhamos todos a coragem e a honestidade de concluir que nenhum partido angolano pode sozinho, libertar integralmente Angola da dominação estrangeira. A unidade de acção de todos os partidos é, pois, imperativo para esse efeito.

Nenhum partido angolano pode honestamente declarar ser um partido majoritário, possuidor de um numero de membros superior à metade da população adulta de Angola. Mas sendo certo que é indispensável a união do povo para a conquista da independência de Angola, é evidente que se impõe a união dos partidos a fim de unir a acção dos membros de base de todos os partidos.

Por outro lado, qualquer dirigente político deverá saber que não bastará afastar de Angola a dominação estrangeira para que os problemas essenciais da independência estejam resolvidos. Liquidar a dominação estrangeira não significa, necessariamente, manter todo o povo angolano unido, dedicado unicamente à reconstrução pacífica de Angola, nem significa garantir a integridade do território angolano. Não basta lutar pela independência : é também indispensável, desde já, garantir que a nova ordem que substituir a antiga ordem colonial, seja aceite e respeitada, sem coacção, pelos cidadãos angolanos ; garantir a estabilidade política, dos governos de Angola ; manter elevado o entusiasmo do povo angolano na construção de uma pátria generosa para todos os seus filhos.

Perguntamos : como poderemos, na Angola independente de amanhã, atingir esses objectivos,

se o povo e os partidos angolanos entrarem na fase da independência divididos, opostos por divergências, por odios e por ambições exageradas ? Não ha duvidas de que estas condições não favorecem a paz e o respeito à legalidade futura, mas favorecem, sim, a guerra fratricida, a instabilidade social, o enfraquecimento do Estado, a penetração de um novo colonialismo, a desintegração territorial do país. Será, então, o caos, a anarquia, o desprestígio internacional de Angola, a traição aos angolanos que morerem para que Angola se transforme num país livre, digno e pacífico.

Fora de uma política de união nacional não se podera preservar

e reforçar a independência de um país como Angola, extenso, rico, formado por muitas populações diferentes, e no qual, desde longa data, poderosos interesses estrangeiros se disputam na exploração das nossas riquezas.

A oposição à constituição de uma Frente não pode ser ditada por egoísmo partidário, por mau conselho dos « apoios » exteriores ou ainda por negligência ou insuficiente senso de responsabilidade perante os destinos de Angola e do seu povo.

Eis porque o M.P.L.A. não desistirá de levar avante a política pro-Frente, condição indispensável a uma política séria e responsável em Angola.

Diário dum sobrevivente

(Conclusão)

cia temos, assim oportunidade de publicar neste primeiro numero. É uma página impressionante na sua espontaneidade e inquietude simplicidade, que tem ainda o mérito de mostrar aos nossos detractores de que essa acção, inspiradora da luta generalizada que se seguiu, foi pensada e executada APENAS por angolanos.

Noite do dia 3 de Fevereiro

Glorioso dia para os angolanos, mas tempestuoso para os africanos residentes em Luanda. Revolta violenta em que pereceram brancos e negros.

DIA 4

Represálias de toda a ordem. As tropas fazem razia. Por toda a parte mortos, enquanto a imprensa diz terem morrido apenas 14 indivíduos Mas o numero atinge uma cifra assustadora. Em todos os cantos há africanos mortos, que são levados para sitio secreto e atirados em valas, abertas apressadamente por escavadoras.

DIA 5

Continua o massacre. Há mais de mil desaparecidos. Prisões em massa. Nas cadeias a expressão do massacre é aterradora. Dali saem, diariamente, cerca de 20 mortos.

O governador geral, o comandante militar e mais individualidades do governo colonialista associam-se ao acto funebre dos indivíduos brancos abatidos a golpe de catana na noite do dia 3. Quase ao chegar à entrada do cemitério, os africanos atacam om pedras e catanas. Dois tiros de pistola partem destinados ao governador geral. Não acertam, porém, no alvo. Há pânico. A policia intervém. Há pânico. A policia intervém. Há mortes a lastimar...

Um jornalista estrangeiro que fotografava os acontecimentos também é alvejado por ela.

DIA 6

O governador geral, tomado de pânico, abandona o Palácio, passa a dormir em parte incerta. Neste mesmo dia, a população de Luanda é informada clandestinamente de que rebentara uma revolta em Malanje, onde os africanos se defendem com coragem. Motivo da revolta : reacção contra o massacre de 7.000 angolanos na Baixa do Cassanje realizado pela tropa e pela força aérea. Entretanto, dá-se o inesperado em Malanje : é preso o governador do distrito por não acatar as ordens emanadas de Luanda para que mandasse esmagar inflexivelmente os revoltosos e, o que é mais surpreendente, por terem descoberto que era elemento afecto à oposição portuguesa.

DIA 7

Os missionários mostram-se inquietos, especialmente os Protestantes, que afirmam terem recebido ordens superiores para regressarem à América.

DIA 8

Continua a perseguição. Ao mais futil pretexto, os africanos são metralhados. A situação é desesperada. Pais, mães, filhos, correm em todas as direcções à procura dos

entes queridos.

DIA 9

Continua o panico. O governador geral, representante da tirania, não dá qualquer esclarecimento ao povo. Ao invés, continua a hora de recolher desde o dia 4. Quem é encontrado na rua, depois das 20 horas é sumariamente fusilado.

DIA 10

A tensão atinge o auge. Não se pode indagar à Policia, ao hospital ou mesmo no Banco do Hospital acerca dos desa parecidos. Mas há sempre forma de os angolanos sabermos com indignação que a policia leva a cabo na cadeia de S. Paulo um verdadeiro extermínio. Isto provoca nova reacção. Há outra investida dos africanos. De madrugada atacam a cadeia numa tentativa desesperada de salvar os presos. Infrutiferamente. Na sua grande maioria são mortos.

DIA 11

A imprensa prossegue suas falsas afirmações, sustentando a teoria de que a revolta foi preparada e instigada por elementos estrangeiros. Mentira grosseira. Alias, todos os que milagrosamente escapam de ser abatidos confirmamque o movimento é CEM POR CENTO NACIONALISTA.

DIA 12 As represálias não param. Os bairros mais flagelados são o do Cemitério Novo e o do Sambizanga.

DIA 13

Clandestinamente, os africanos são postos ao corrente de que as cadeias, superlotadíssimas albergavam mais de dois mil angolanos, quase todos em estado desesperado, com balas no corpo ou com os membros fracturados. Propositadamente são deixados sem tratamento.

DIA 14

Há ordens para perseguir todos os enfermeiros que, particularmente, dão socorro aos seus compatriotas feridos durante os acontecimentos e que astuciosamente escaparam das garras portuguesas.

DIA 15

Fico sem dados concretos. O descontentamento é geral.

DIA 16

Houve qualquer movimento de barcos na costa da nossa querida e bela cidade, um pouco acima da Rotunda, mas não se pode precisar o que fosse.

DIA 17

O desespero toma conta de todos. Contava-se com uma reacção internacional, mas apenas a imprensa ou a rádio Ghana, Praga, Moscovo e Pequim esboça alguns comentários. O mundo é, então, indiferente à sorte do seu semelhante ?

DIA 18

Informações de boa fonte dão como certa a deslocação secreta do governador-fantoche a Lisboa.

DIA 19

A população de Icolo e Bengo é massacrada. Velhos, mulheres e crianças refugiam-se na mata. Mas a maior parte é presa e submetida às maiores torturas.

UNIDADE ANGOLANA

Orgão de combate do M.P.L.A

Editor Responsavel

Maticas MIGUEIS

Redacção e Administração

51. Av. Tombeur de Tabora, 51

Teleph. 2452 — C. P. 7443

UNIDADE ANGOLANA

CADA NUMERO : 5 Francos

ASSINATURAS :

Leopoldville : 60 Francos

Interior do Congo : 80 Francos

POR AVIAO :

África : 250 Francos

América : 300 Francos

Arérica : 300 Francos

Ásia : 300 Francos

Oceania : 350 Francos

AS NOSSAS ACTIVIDADES

Importante Declaração do Presidente do M. P. L. A.

Em 30 de Outubro findo, e perante representantes da Imprensa mundial, o Presidente do M.P.L.A., sr. Mário de Andrade proferiu uma importante Declaração, respondendo a seguir com notável clareza às mais variadas perguntas. Nessa sua primeira conferência em Leopoldville, a que assistiram também alguns representantes do Governo do Congo e do Corpo Diplomático, o prestigioso líder angolano fez um breve exame da situação do problema angolano, sendo de salientar as suas palavras sobre a participação do M.P.L.A. na luta armada, o problema da unidade nacional e os últimos acontecimentos em Angola.

Damos a seguir o teor do referido documento.

DECLARAÇÃO

Desde o desencadeamento da luta armada em Angola, é a primeira vez que me dirijo de Leopoldville à opinião pública internacional. Sinto-me pois muito feliz por saudar a vossa presença aqui, senhores representantes da imprensa.

Como sabeis, o Comité Director do M.P.L.A. acaba de se instalar oficialmente nesta cidade, graças à solidariedade activa que nos foi manifestada pelas autoridades do governo central congolês. Uma vez mais lhes exprimimos os nossos sinceros agradecimentos pela ajuda concreta que nos foi assumida e formulamos o voto ardente para que a República do Congo possa desempenhar plenamente o seu papel no conjunto das nações soberanas de África.

O ponto fundamental da nossa política interna continua a ser a busca constante da unidade de acção entre as diversas organizações nacionalistas de Angola combatente. É um facto hoje estabelecido que o M.P.L.A. nunca se poupou a esforços para a criação de uma Frente comum das formações políticas.

Em cada fase importante do desenvolvimento da nossa luta de libertação nacional, lançamos apelos no sentido da realização da unidade dos nossos movimentos.

Sempre animados pelas mesmas preocupações, fomos um dos promotores da conferência de Casablanca que reuniu em Abril passado as organizações nacionalistas das colónias portuguesas de Angola, de Cabo Verde, de Goa, da Guiné, de Moçambique, de S. Tomé e Príncipe.

No domínio da política externa, somos guiados pelos princípios do neutralismo positivo e devotamo-nos activamente a suscitar a simpatia e a solidariedade de todas as forças mundiais para com o nosso povo em luta pela sua independência.

É óbvio que no primeiro plano dos nossos aliados naturais figuram todos os países africanos, porque o êxito ou o fracasso dos nossos esforços confundem-se com o êxito ou o fracasso de toda a África.

Isto leva-nos a abordar o problema da luta armada.

O povo angolano é o motor principal da insurreição.

Mas em determinados meios da imprensa internacional, corre a curiosa ideia de que a orientação e a responsabilidade das operações militares em Angola emanou de um só movimento político.

Lançavam-se, Vejamos!

Primeiramente, em 4 de Fevereiro de 1961, os ataques às prisões militares e civis de Luanda foram dirigidos por militantes do M.P.L.A. que tinham como missão precisa libertar os dirigentes nacionalistas presos desde Março de 1959. Seguidamente, um certo número dos nossos quadros que escapou dos massacres destas trágicas jornadas de Fevereiro, organizou os trabalhadores, empregados nas plantações de algodão da Baixa do Cassange, no distrito de Malange.

Daquí nasceu a chama que ilumina plenamente as regiões do interior.

Então, as populações do norte do país, encorajadas por estes exemplos, esgajaram-se na luta armada, com o apoio concreto das formações políticas angolanas.

Aqui têm uma ideia geral da nossa acção neste campo.

As regiões mais importantes dos nossos « maquis » situam-se nos distritos de :

Cuanza-Norte — Uige, Quitexe, Lucala, Quiaxe, Nova Caimpemba
Luanda — Luanda, Nambuango, Caxito, Catete, Funda, Ueua, Pango-Aluquém, Cambambe.

Congo — Ambrizete, 31 de Janeiro, Tomboco.

Malange — Baixa do Cassange. As táticas utilizadas passaram por uma fase ofensiva e uma fase defensiva.

No começo das operações militares, as nossas milícias utilizaram uma tática que visava paralisar a economia colonial, liquidar o aparelho administrativo, e a resistência militar do inimigo. O objectivo foi conseguido em quase todas as regiões em que as nossas milícias operaram; em certas localidades houve uma ocupação total e efectiva do território. Citamos, entre outras :

Nambuanguo — Ocupação total durante um espaço de 5 meses (Março a Julho).

Uige — Paralisação da economia dos colonos, que foram forçados a abandonar os locais e a refugiar-se em Luanda. Salientamos que o Uige foi a única cidade de Angola atacada pelas nossas operações militares.

Politica exterior

Conclusão

não, os líderes políticos do interior do país dirigiram, desde 1950, às organizações internacionais e aos angolanos residentes no estrangeiro, documentos acerca da situação do nosso povo. Contudo, esses esforços não podiam ser completamente frutuozos sem uma verdadeira representação no exterior, em especial nos países africanos independentes. Uma actividade neste sentido devia desenvolver-se por uma forma sistemática.

Foi durante a segunda conferência dos povos africanos realizada em Tunis em Janeiro de 1960 e da segunda conferência de solidariedade afro-asiática realizada em Conakry no mês de Abril do mesmo ano que foram lançadas as bases do nosso departamento exterior.

Quais são os princípios directores da política exterior do M.P.L.A. ?

A questão é respondida claramente pelo quarto ponto do nosso programa mínimo :

« Aliança com todas as forças progressistas do mundo, conquista da simpatia e do apoio de todos os povos para a causa da libertação do povo angolano »

Assim, desde Janeiro de 1960, os responsáveis do departamento dos assuntos exteriores do MPLA orientaram a nossa política sobre três planos. Tratava-se para nós de obter :

a) a inscrição da questão angolana no centro das preocupações maiores dos governos dos países africanos independentes ;

b) a simpatia dos movimentos anticolonialistas e a solidariedade mundial ;

c) o isolamento de Portugal da cena internacional e mais particularmente dos seus aliados ocidentais ;

Para realizar estes objectivos algumas delegações dirigiram-se às diversas capitais de África, da Ásia e da Europa.

Inicialmente no plano africano, os nossos emissários foram encarregados de tomar contacto com os membros do Governo e os representantes das organizações de massas dos países irmãos.



NA INAUGURAÇÃO DO C.V.A.A.R.

O Sr. Gaston Diomi, Vice-presidente do governo de Leopoldville e intérprete fiel da solidariedade africana, discursando. Na foto, veem-se também o Sr. Mário de Andrade e dr. Américo Bouvida, respectivamente presidentes do M.P.L.A. e do Corpo voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados. (Notícia, na pag. 4)

milícias, desde o começo das operações total durante 5 meses.

O inimigo ripostou enviando vários contingentes militares, cerca de 40.000 homens, equipados com armamentos dos mais modernos.

Em face do aparelho de destruição das forças portuguesas, as nossas milícias decidiram evacuar as regiões civis para o mato (florestas) protegidas pelos elementos das nossas milícias.

Desprezando as leis mais elementares da guerra, as forças portuguesas utilizam todos os meios, na sua tentativa de extermínio das populações da Angola

combatente : cães-polícia, bombardamentos com « Napalm », envenenamentos das águas dos rios e do gado, torturas físicas.

Apesar de tudo isto, as posições para os ataques de grande envergadura.

A estrutura da nossa organização militar é a seguinte :

Comité revolucionário — Responsável pela orientação e condução de toda a luta armada, em todos os aspectos.

Estado Maior

Comandante em Chefe

O teatro da luta divide-se em zonas militares e em cada uma delas operam colunas constituídas por cerca de cem homens. As colunas enquadram pelotões de 33 homens e estas unidades militares móveis compõem de 10 a 11 homens.

Milícias em Combate : Nos distritos de :

Cuanza-Norte	5 colunas
Luanda	3 colunas
Congo	2 colunas
Malange	4 colunas

O comité revolucionário está em vias de se instalar em Angola.

O povo colabora com as milícias do M.P.L.A. A acção do povo compreende : sabotagens (pontes, estradas, etc.), liquidação dos argentes do inimigo, transporte de viveres et de munições para as unidades em combatente, actividades de reconhecimento das posições do inimigo, destruição das plantações dos colonos, assistência sanitária.

Entre os combatentes das milícias do M.P.L.A., assinalamos a actividade de Ferraz Momboco e de Benedito, que dirigiram as colunas na ocupação de Nambuanguo e Dembos, os feitos de Maneco Paca e de José Andrade, mortos na batalha de Dange. Rendemos homenagem a todos os comandantes, filiados ou não a partidos políticos que depois de terem oposto, em condições muitas vezes dramáticas, a mais viva resistência aos ataques das forças portuguesas, tombaram valorosamente na frente da batalha.

No domínio da assistência aos refugiados, em numero de 160.000, visitas da repressão portuguesa, o MPLA criou uma organização filantrópica — o C.V.A.A.R. — que compreende já oito médicos, 30 enfermeiros, e professores primários.

O campo d acção do C.V.A.A.R. é muito vasto : instituição de medidas de profilaxia e de higiene, distribuição gratuita de medicamentos, viveres et roupas, combate contra o analfabetismo.

Assim vai a luta do povo angolano.

Uma luta heróica é certo, mas que comporta ainda insuficiências.

Previmos, nos nossos apelos lançados nos meses de Maio e de Novembro de 1960, que o sucesso do combate para a nossa libertação nacional deveria basear-se necessariamente na unidade de acções políticas.

O povo angolano é a primeira vítima desta falta de coordenação nos nossos esforços, e o go-

verno de Salazar o primeiro a rezojizar-se com isso.

Proclamamos hoje que a independência de Angola, se for conseguida nas condições da continuação de uma luta armada e coordenada sobre a base de uma larga frente nacional, terá as melhores probabilidades de libertação de toda a dominação estrangeira do reforço da unidade nacional, a integridade territorial, a reconstrução democrática e pacífica do nosso país.

Reclamamos varias vezes uma acção conjunta da parte dos países africanos independentes em favor de uma ajuda concreta sob todos os aspectos, para assegurar o triunfo das aspirações do povo à independência.

E tempo de reconhecer que cabe a nós, dirigentes dos partidos nacionalistas, a tarefa primordial de concertar primeiro a nossa acção, para que seja mais amplo o concurso dos nossos irmãos mais velhos.

Eis porque o Comité Director do MPLA afirma categoricamente que fará todas as concessões necessárias para a constituição imediata da Frente de Libertação de Angola.

Seja como for, o resultado desta batalha sustentada pelas nossas populações, será fatalmente a independência.

As ultimas manobras de carácter reformista do governo português, tendentes a apagar teoricamente, nos textos, a discriminação sempre existente entre os cidadãos de Portugal e os das colónias, nada farão.

Decididas em reacção aos acontecimentos de Angola, estas manobras visam reforçar a campanha contra o nosso combate legítimo de libertação nacional, assim, sim como a « reassegural » a clientela eleitoral e a « satisfazer » a ONU.

A ideia do soldado-colono, a quem o governo português promete as melhores terras, é uma loucura fascista. Tudo isto é vão.

Não se pode falar em negociações com o governo português, enquanto durar o regime fascista de Salazar, inimigo da expressão das liberdades fundamentais e do direito dos povos a dispôr de si mesmos.

A nossa luta leva já o governo de Salazar para o seu lugar natural — o tumulo.

Angola está unma encruzilhada da sua história.

Da nossa unidade de acção política e militar dependerão agora as condições nas quais o povo angolano ascenderá à sua independência.

Os esforços mais paladinos da unidade começam a ser coroados de êxito. A juventude angolana, para lá das suas filiações políticas, acaba de fixar o principio da criação de um vasto Agrupamento.

E pois chegada a hora para os dirigentes de todos os movimentos nacionais angolanos se reunirem a fim de elaborarem uma plataforma política que acelere o processo de reconquista do nosso patrimonio nacional e da nossa dignidade de homens livres.

Em vista à formação da U.D. da Juventude Angolana

Reunidas pela primeira vez em 29 de Outubro último, as Juventudes dos partidos políticos do « Movimento Popular de Libertação de Angola » (M.P.L.A.), da « União das Populações de Angola » (U.P.A.), e da « Alliance des Ressortissants de Zombo » (ALIA-

ZO), ficaram lançadas as bases fundamentais para a criação da UNIAO DEMOCRATICA DA JUVENTUDE ANGOLANA.

Nes a jornada, sob o signo da unidade e da solidariedade da juventude de Angola, pela primeira vez se conseguiu reunir com este unico e firme proposito, as delegações das juventudes dos principais movimentos políticos de Angola, devidamente credenciados pelos seus respectivos Comités Directores.

Numa sala cedida pelo Corpo Voluntario Angolano de Assistência aos Refugiados (C.V.A.A.R.), e com a assistência larga de mais de uma centena de jovens angolanos, foram pronunciadas palavras de grande exaltação patriótica, em que o tema principal foi — Unidade dos Jovens de Angola — como principal motor para a formação dos futuros homens angolanos de amanhã, e como primeiro indicio da união de todos os Angolanos para uma mais eficaz acção na luta pela independência de Angola. Eis algumas palavras pronunciadas pela delegação da juventude do MPLA :

« A Historia das gerações passadas de Angola e a historia de toda a Humanidade ensinam-nos que foi sempre numa base de unidade e cooperação de acção que os grandes empreendimentos antiinglês seus fins. Nós desejamos que os diferentes grupos de jovens angolanos abandonem as suas pretensões de querer caminhar Sozinhos na resolução dos problemas que a todos nos dizem respeito ». Deste primeiro encontro da Juventude Angolana saíram as seguintes resoluções :

1. Acordo de principio, das três formações da juventude presentes, para a realização de uma União Democratica da Juventude Angolana.

2. Aceitação do principio da formação de um « Conselho Provisório » que compreenderia 21 membros.

3. Acordo sobre a fixação de 7 membros para a representação de cada movimento da juventude. E' deste Conselho Provisorio que sairá um « Comité Executivo » — que se encarregará dos trabalhos de preparação de um próximo Congresso da Juventude Angolana.

Porém, depois de dado este primeiro e decisivo passo, um facto, inexplicavel e insolito, parecia vir querer quebrar todo o trabalho realizado :

A J.U.P.A. — numa simples carta — dirigida às juventudes do M. PLA e da ALIAZO — de pois de assumir connosco a responsabilidade desta grande tarefa, a luta pela União da Juventude de Angola, a J.U.P.A., por razões internas do seu proprio Movimento, viria, no dia seguinte pôr reticências aos compromissos assumidos, retirando-se dos trabalhos em curso...

Sinceramente que lamentamos esta atitude e fazemos votos para que, reconsiderando, ela volte a colaborar connosco numa iniciativa que deles mesmo tinha partido : a uniao das juventudes dos partidos.

Mas, lançados como estavamos no caminho desta grande realização, o trabalho não podia parar.

Na segunda reunião — em 1 de Novembro — presentes as delegações da J.M.P.L.A e da J. ALIAZO, ficou constituído o Conselho Provisorio de 14 membros Caudipovi Pedro, George Freitas, Bongo Sebastião, Vieira Lopes, Mandjila George, Maluvum Ernest, Billingani Alphonse, Ntima Pedro, Vita André e Makonka Simon. Nesta mesma reunião foi democraticamente eleito o Comité Executivo Provisorio, que será o órgão de acção deste verdadeiro movimento nacional da juventude de

Angola. Ficou constituído por :
Gandipovi Pedro - presidente
George Freitas - vice-presidente
Vieira Lopes - secretario
Bongo Sebastião - secretario adjunto
Makonda Simão - tesoureiro
Kukia André - comissário para as contas
A tarefa que nos propomos levar ao fim é difficil. Mas o trabalho está começado e com a franca e patriótica colaboração de todos

os jovens angolanos, quer os que se encontram fora da nossa Patria, aqui no Congo-Leopoldville e Brazzaville, quer os que se encontram na Europa ou na América, os nossos jovens compatriotas que lutam com as armas na mão dentro da nossa Angola, sentirão que estão bem amparados e que a união da juventude de Angola não é apenas uma ideia — é uma realidade presente, com os olhos no futuro da nossa Patria.

EDITORIAL

(continuação da pag. 1)

aspecto desta : a luta armada Alguns vão mais longe : defendem principio da liderança da revolução angolana pelo partido que declarar mais alto que faz sózinho a luta armada, que não hesitar em colocar debaixo da sua bandeira todo o sacrificio dos patriotas angolanos e todo sangue derramado por estes, ou que utilizar TODOS os meios para pretender afastar dos campos de balha os combatentes de outras organizações.

E' evidente que o desenvolvimento lógico desta posição levará à transformação das tarefas nacionais, unitarias e progressivas do nacionalismo angolano em tarefas de competição, em luta pelo poder e em luta fratricida.

O problema de Angola foi, é, e será fundamentalmente político e social. Nenhuma força, em Angola, por mais poderosa que seja, resolverá satisfatoriamente os problemas nacionais se não der solução aos problemas políticos e sociais com a colaboração do povo inteiro. A politica é a razão e o objetivo da luta. A força é um simples meio sem valor moral em si mesmo. § Considerar a força como razão moral suficiente para justificar a ambição de um partido em dirigir os destinos de um povo é o mesmo que sancionar a tirania e o próprio regime colonial que sempre se apoiou na força.

Façamos justiça ao povo e dignifiquemo-lo : o povo não luta pura e simplesmente por ODIO ao racismo, a dominação estrangeira, ao roubo das suas terras e à exploração desumana a que vem sendo submetido. Esse odio — justo, sim — é admissivel porque na sua base está a digna revolta contra o espezinhamento da liberdade e da dignidade humanas e porque tem por objectivo restaurar o respeito a mesma liberdade e dignidade.

O valor da revolução angolana no plano mundial provém do facto dela ser um aspecto, uma manifestação particular, mas parte integrante da luta geral pelo progresso humano.

Os problemas da estrutura do Estado, do tipo de democracia, da forma de governo, da politica social, do regime económico ; os problemas das liberdades do cidadão, da unidade e de coexistência pacifica de etnias e de populações, da integridade territorial ; os problemas da politica cultural, da defesa do pais e da politica estrangeira — eis, a nosso ver, o verdadeiro conteúdo da revolução angolana.

Não é a ostentação de força — como faz também o ditador Salazar —, mas a resposta e a solução que um partido der áqueles problemas que lhe grangearão a CONFIANÇA do povo e dos outros partidos.

E' por isso que impõe que todos os partidos angolanos tenham um programa, respondam publicamente aos problemas nacionais, se aproximem dos outros partidos, pratiquem e desenvolvam um estilo de trabalho constructivo, responsável, unitario e nacional.

Uma politica honesta e que pretenda o apoio das massas em todo o territorio nacional não deve consistir apenas na prática de « astúcias », no lançamento de palavras-de-ordem que incitem resentimentos compreensíveis, e no reforçamento de um individualismo partidário que só podem imhos de todas as regiões, de todas

Os sagrados interesses de Angola e do seu povo exigem dos partidos nacionais e dos seus filhos de todas as regiões, de todas as origens tribais e de todas as religiões — um grande senso de responsabilidade e maturidade de consciência politica e nacionalista.

ALBERT LUTHULI

Albert John Luthuli 62 anos, prêmio Nobel da Paz 1960, é o primeiro Africano negro a receber taq alta distincção.

A noticia, recebida com entusiasmo nos meios africanos e brancos liberais da Africa do Sul, mereceu do Governo racista sudafricano o comentário segundo o qual, tal prêmio era concedido mais por propaganda do que por merecimento do galardoado.

Luthuli, filho de intelectual, não é um pacifista ; é no entanto um defensor da não-violência por convicção realistica.

Em 1933, trocou o cargo de professor de história e literatura Zulu numa escola religiosa — Amsterdam Mission School — pelo de herdeiro de seu tio na chefia da sua tribo. Só nessa altura conheceu a condição miseravel e as humilhações de que era vitima o seu povo. Dedicou-se completamente à defesa dos direitos dos negros da Africa do Sul, doutrinando seus irmãos na não-violência : « Um cristão, dizia ele, não pode opor a violência à violencia ». Organizou a resistência pacifica com campanhas de desobediência, boicotagem dos produtos africanos, greves, etc. Em 1946, revoltou-se pela pri-

meira vez contra o sistema vigente no seu país, quando testemunhou o massacre de mineiros africanos em greve. Adere então ao Congresso Nacional Africano, o principal partido nacionalista sudafricano, de que vem a ser presidente em 1952.

Em 1956 é preso sob a acusação de crime de alta traição. E' libertado no ano seguinte com suspensão dos direitos politicos durante 5 anos.

Em Março de 1960 é novamente preso por ter condenado o crime de genocidio de Sharpeville.

Apesar de tudo, Luthuli permaneceu fiel ao principio da não-violência : « Não sou um pacifista, mas um realista », disse ele em Maio ultimo num apelo à calma ao seu povo na véspera da proclamação da Republica na Africa do Sul.

Os angolanos congratulam-se com a distincção conferida a um irmão na opressão, companheiro na luta para a dignificação do Africano.

Em Angola, vimo-nos obrigados a ultrapassar a fase da reivindicação pacifica, dadas as características bem conhecidas do colonialismo português.

O C.V. A. A. R., obra de grande ideal

No dia 7 de Novembro de 1961 foi inaugurado, com a presença de membros do Governo da Republica do Congo, de lideres politicos angolanos e muitos refugiados, o Dispensário-Central do Corpo voluntario Angolano de Assistência aos Refugiados - CVAAR —, em Leopoldville. E' uma organização filantropica fundada por médicos angolanos militantes do Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA — que acorreram à Republica do Congo para lançar as bases de uma magna campanha de assistência aos 170.000 refugiados, victimas da guerra colonial em Angola.

As finalidades desta organização, que é um embrião da Cruz Vermelha Angolana, são as de dar cumprimento integral em bases reais e sólidas, às alíneas dos seus Estatutos, que dizem

Art. 4º 1 — Assistência aos refugiados pelos seguintes meios.

a) Instituição de medidas de profilaxia e higiene, combate, as doenças, protecção materno-infantil, distribuição gratuita de medicamentos e vestuário.

2 — Combate ao analfabetismo entre os refugiados.

3 — Instituição de medidas para a obtenção e aumento dos meios de subsistência aos refugiados nas zonas em que eles se encontram. Para a realização deste programa, o CVAAR possui já em Leopoldville um corpo tecnico constituído por 8 médicos, 30 enfermeiros e agentes sanitários, professores primários, etc, todos eles igualmente refugiados. Uma parte estabelecer-se á em breve nos Dispensário-Central e outra parte estabelecer-se, á em breve nos postos médicos que serão abertos em vários pontos da fronteira com Angola.

Vivendo essencialmente da solidariedade africana e internacional, o CVAAR encontrou a melhor compreensão da parte dos Governos amigos do povo angolano, de organizações filantropicas internacionais e de diversas personalidades que através dos seus dons em medicamentos, vertuários e alimentos, possibilitaram a assistência efectiva já desenvolvida a

tantos milhares de angolanos abandonados à fome, à miséria e à doença.

Acima de todas as facções politicas, o CVAAR é a materialização do anseio nacionalista de solidariedade com o Povo angolano, que luta contra a opressão e a dominação estrangeira, na unidade destrutiva da Pátria angolana.

CORPO CLINICO

O corpo clinico do CVAAR tem a seguinte composição :

Dr. Américo BOAVIDA médico estagiário de Ginecologia e Obstetricia do Hospital clinico da Faculdade de Medicina de Barcelona (Espanha) ;

Actividade profissional em Angola (Luanda) desde 1955 ; Médico contratado pelo Governo da Republica da Guiné, em 1960, na Maternidade de DONKA, Conakry.

Dr. Eduardo SANTOS, médico interno de clinica geral dos Hospitais de Lisboa (Portugal) ;

Especialista de Cardiologia pela Ordem dos Médicos de Lisboa ; Actividade profissional em Lisboa desde 1956 ;

Médico contratado pelo Governo da Republica da Guiné em 1960, no Hospital de DONKA, Conakry.

Dr. Hugo de MENEZES, médico de clinica geral ;

Estagiário de Pediatria dos Hospitais de Lisboa ;

Médico contratado pelo Governo da Republica da Guiné, desde 1959, no Hospital BALLAY, em Conakry.

Dr. Edmundo ROCHA, médico de clinica geral, em 1961 ;

Estagiário dos Hospitais de génica nos campos de refugiados de Marrocos.

Dr. Mário AFONSO, médico de clinica geral, em 1960 ; Estagiário dos Hospitais de Lisboa.

Dr. Manuel VIDEIRA, clinica geral ;

Estagiário dos Hospitais de Lisboa, prossegue a sua preparação nas clinicas da Universidade de Lovanium, em Leopoldville.

Dr. M. BOAL, clinica geral ;

Estagiário dos Hospitais de Lisboa, em 1961, pressegue a sua preparação nas clinicas da Universi-

dade de Lovanium, em Leopoldville.

Dr. J. VIEIRA LOPES, clinica geral ;

Estagiário da Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1961 ;

Termina a sua formação nas clinicas da Universidade de Lovanium em Leopoldville.

Dr. Carlos PESTANA, clinica geral ;

Estagiário da Faculdade de Medicina de Lisboa em 1961.

Termina a sua formação nas clinicas da Universidade de Lovanium, em Leopoldville.

Dr. Rui de CARVALHO, clinica geral ;

Estagiário da Faculdade de Medicina de Lisboa em 1961.

Termina a sua formação nas clinicas da Universidade de Lovanium, Leopoldville.

COMITE DE ADMINISTRAÇÃO do C.V.A.A.R.,

Presidente : Dr Américo Boavida

Secretarios : Dr. Manuel Videira e Dr. Carlos Pestana

Tesoureiro : Dr. Hugo de Menezes

Dr. Eduardo Santos

Dr. Edmundo Rocha

APRESENTAÇÃO

Dentro de poucas horas, alguns dos nossos militantes, feitos ardidos por amor a sua dama, lançarão ao publico um novo jornal politico angolano em Leopoldville. Os serviços dos correios leva-lo-ão até mais longe, na conquista duma larga cobertura da superficie humana Assim o impõe a necessidade de esclarecimento da nossa Causa em todo o mundo. Sabemos que isso nos impõe o dever de não poupar esforços, de mantermos, na apreciação dos nossos problemas e na defesa dos nossos direitos, uma conduta tanto quanto possível objectiva e intransigente, situando-nos acima da simples consideração sentimental dos factos.

Tal o critério que presidiu á feita deste primeiro numero. Na matéria escolhida figuram as questões que se impõem com prioridade. No editorial vai parte do ideário da nossa luta e a ele se seguem as necessárias declarações fundamentais sobre os problemas da Frente, da luta armada e da politica exterior do Movimento. São três constantes da nossa conduta, em redor da qual não gostaríamos ver demorar-se a ciranda frenética e deturpada dos interesses malsãos de todos aqueles a quem por motivos estranhos, não importa o triunfo da Causa que defendemos, causa estritamente nacional estritamente africana, que não

admite, por isso mesmo intromissões nem manobras divisionistas

Uma referência particular e comovida nos mereceu também o drama que continua vivendo o presidente honorário do MPLA, Dr. Agostinho Neto, na pessoa de quem as autoridades portuguesas separam os seus sentimentos de vingança. No caso de Agostinho Neto simbolizamos os casos particulares de todas os mártires angolanos, desaparecidos ou jazendo nas masmorras, á margem de todo o respeito pela vida e direitos humanos. Se o eco das nossas palavras puder transpor as grades das prisões ou as frestas dos « segredos » escuros e húmidos, saibam esses bravos, para eles vão em grande parte os pensamentos que alimentam o esforço gasto na tarefa de pôr a caminhar este jornal. Saibam ainda que não esquecemos um só deles, chame-se apenas Ferreira ou João Tembamba, Luis Bessa ou Pedro Lello, Domingos Van Dunen ou Ildio Machado, Joaquim Gamboa ou Mendes das Neves, Pedro Bengue ou Pinto de Andrade.

No mais, vai uma parcela das nossas actividades. Saudando os colegas e a Imprensa em geral, só nos resta esperar da opinião mundial compreensão, isenção de julgamento e a solidariedade activa que todas as causas nobres costumam despertar.